

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Pedidos de Janot chegam ao gabinete de Fachin sem alarde

Relator dos processos da Lava Jato promete ser "criterioso" nas análises

Agência Estado

Brasília – Uma semana depois de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) 83 pedidos de abertura de inquérito a partir dos acordos de colaboração premiada de 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht, a papelada chegou na tarde desta terça-feira, 21, ao gabinete do ministro Edson Fachin. Fachin é o relator dos processos da Operação Lava Jato no STF.

Segundo fontes ouvidas pela reportagem, o relator não estipulou prazo para concluir as análises, mas que será "absolutamente criterioso" ao avaliar os pedidos de Janot.

Os papéis foram transportados em um carrinho por dois servidores da Corte, acompanhados pela secretária judiciária do STF, Patrícia Pereira de Moura Martins. A reportagem presenciou o momento em que o carrinho cruzou o tapete vermelho do STF, às 16h45, rumo ao gabinete de Fachin, localizado no terceiro andar do edifício anexo.

Diferentemente de quando os pedidos de Janot chegaram ao edifício-sede do STF na semana passada, não houve desta vez "assédio" do público. A área do subsolo que conecta o edifício sede ao anexo, chamada de "túnel do tempo", estava praticamente deserta no horário.

O material enviado por Janot esteve guardado nos últimos dias no terceiro andar do edifício-sede do STF, na mesma sala onde estavam as delações da Odebrecht antes de serem homologadas pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Depois de passar pelo tapete vermelho do STF, o carrinho com os pedidos de Janot foi levado à garagem do STF, rumo à portaria do edifício anexo localizada no subsolo.

Para chegar ao terceiro andar do edifício anexo, os servidores optaram pelo elevador privativo da garagem, usando uma área de acesso restrito onde a presença da imprensa é proibida. Enquanto a papelada era transportada nos corredores da Suprema Corte, Fachin participava da sessão de julgamento da Segunda Turma do STF.

Antes de chegarem ao relator, os papéis tiveram de passar por três etapas prévias: o protocolo, a atuação e a distribuição. Na última quinta-feira, 16, eles começaram a ser distribuídos, eletronicamente, ao ministro Fachin.

A decisão do Supremo foi esperar para enviar todos os 320 pedidos do procurador-geral da República de uma só vez, entre inquéritos e petições. Por ora, devido ao sigilo dos conteúdos, nem mesmo as iniciais dos investigados estão presentes no sistema do Supremo.

INVESTIGADOS

A maioria dos inquéritos - 64 - tem um único investigado. São 16 inquéritos com 2 investigados. Há dois inquéritos com três investigados. O inquérito que tem mais investigados é o de número 4.437, com cinco alvos. Estes números se referem apenas ao Supremo, e não incluem os inquéritos que serão abertos em outras instâncias.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) não confirma o número exato de investigados.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que Janot pediu para investigar ao menos seis ministros da gestão Temer (PMDB). São eles Eliseu Padilha (PMDB), da Casa Civil; Moreira Franco (PMDB), da Secretaria-Geral da Presidência; Gilberto Kassab (PSD), das Comunicações; Bruno Araújo (PSDB), das Cidades; Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), das Relações Exteriores; e Marcos Pereira (PRB), da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Também são alvos de inquéritos enviados ao STF os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB), além dos senadores peemedebistas Edison Lobão, Romero Jucá e Renan Calheiros e os tucanos Aécio Neves e José Serra.

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Condenação por agulha esquecida no corpo de paciente

Luiz Vassálio
Agência Estado

São Paulo - Uma mulher que teve uma agulha esquecida no corpo durante cirurgia plástica no Mato Grosso do Sul (MS) deverá ser indenizada no valor de R\$ 25 mil a título de danos morais. A decisão é da 10ª Vara Cível de Campo Grande, que julgou a ação movida pela autora como parcialmente procedente.

Três dias após receber alta da cirurgia, realizada em abril de 2001, no Hospital Associação de Amparo a Maternidade e a Infância, a mulher, que não quer ser identificada, alegou ter sofrido "constantes dores". Em 2005, ao passar por exame radiológico, ela confirmou que havia uma agulha dentro de seu corpo, na região pélvica. A mulher moveu ação por danos morais e materiais contra a cirurgiã Rosana Dorsa Vieira Pontes, sua equipe, e o hospital pelo procedimento feito quatro anos antes.

O hospital se defendeu alegando que não havia provas de que a agulha fora esquecida no corpo da paciente na cirurgia realizada

em 2001 e a médica afirmou não ter participado do procedimento, já que estaria, na data da operação, em curso de pós-graduação em São Paulo. Os outros profissionais da equipe também alegaram não ser responsáveis pelo ocorrido.

Ao condenar a médica e o hospital, a juíza da 10ª Vara Cível de Campo Grande Sueli Garcia Saldanha afirmou que "a proximidade da localização, somado ao fato de que o corpo estranho (objeto metálico que não diz respeito a uma prótese, pino ou outro dispositivo intencionalmente inserido para alguma finalidade médica) foi detectado em momento posterior à cirurgia de colpoperineoplastia, sem qualquer prova de que tenha existido outra cirurgia no mesmo local, são provas idôneas de que a agulha foi deixada no corpo da autora e por decorrência

do procedimento realizado em 10.04.2001".

A magistrada ainda destacou que a médica Rosana Dorsa Vieira Pontes assinou como responsável pelo procedimento e que, dessa forma, "atuou" na cirurgia "seja a orientar os médicos residentes e auxiliar ou a realizar pessoalmente a atividade". Os demais profissionais implicados não tiveram responsabilidade comprovada sobre o ocorrido, segundo a juíza, que negou também o pedido de indenização por danos materiais.

DEFESAS

A reportagem entrou em contato com a defesa da Associação de Amparo a Maternidade e a Infância, mas não obteve resposta até o fechamento desta matéria. Da mesma forma, tentou falar com a médica Rosana Dorsa Viéira, que não respondeu.

Mulher moveu ação por danos morais e materiais contra a cirurgiã e sua equipe

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Moro determina condução coercitiva de blogueiro

**Crítico da Lava Jato, profissional que vazou operação
contra Lula tem sigilo de comunicação quebrado;
defesa fala em 'arbitrariedade'**

Mônica Bergamo
Folhapress

São Paulo - O juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná, determinou a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães, que edita o Blog da Cidadania. A Polícia Federal cumpriu o mandado na manhã desta terça (21) e levou o profissional para a superintendência do órgão, onde ele deu depoimento.

O juiz ordenou ainda “a apreensão de quaisquer documentos, mídias, HDs, laptops, pen drives, arquivos eletrônicos de qualquer espécie, arquivos eletrônicos pertencentes aos sistemas e endereços eletrônicos utilizados pelos investigados, agendas manuscritas ou eletrônicas, aparelhos celulares, bem como outras provas encontradas relacionadas aos crimes de violação de sigilo funcional e obstrução à investigação policial”.

Foram apreendidos dois celulares e um notebook na casa do blogueiro, cuja página na internet se caracteriza por duras críticas ao governo de Michel Temer e às

condutas de integrantes da Operação Lava Jato, sendo considerada alinhada com partidos de esquerda.

No ano passado, Guimarães havia antecipado informações sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula, que ocorreu em março. Na época, o Ministério Público Federal reclamou e disse que o fato, que teria atrapalhado a operação, seria investigado, embora vazamentos sejam comuns na operação.

De acordo com o advogado Fernando Hideo Lacerda, que representa Guimarães, a PF perguntou ao blogueiro, no depoimento, quem foi a fonte da informação. “Foi uma arbitrariedade. Ninguém tem a obrigação de revelar o nome de sua fonte. O sigilo é garantido pela Constituição”, afirma Hideo Lacerda.

Segundo ele, a PF já sabia quem passou a informação a Guimarães e, por isso, ele acabou abrindo o sigilo e confirmando o nome.

A condução coercitiva foi objeto de protesto do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que interpelou Moro nesta

terça, ao prestar depoimento por videoconferência como testemunha em um inquérito da Lava Jato.

De acordo com Teixeira, ele afirmou a Moro que “ninguém, no Brasil, pode ser preso por delito de opinião”. Moro teria respondido que Guimarães não era jornalista. Teixeira disse então que não há exigência de diploma para que uma pessoa mantenha um blog, e que também a ela é garantido o sigilo da fonte.

SEM COMENTÁRIOS

A reportagem enviou o relato de Teixeira ao juiz e também o questionou sobre os protestos do advogado do blogueiro. A assessoria de Moro enviou a seguinte resposta do magistrado: “Sem comentários”.

CONTINUA

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Além da apreensão de aparelhos eletrônicos de Guimarães, o juiz autorizou “o exame e a extração de cópias de mensagens eletrônicas armazenadas nos endereços eletrônicos utilizados pelo investigado”.

Permitiu também o acesso dos policiais a arquivos eletrônicos “e mensagens eletrônicas armazenadas em eventuais computadores ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, inclusive smartphones, que forem encontrados, com a impressão do que for encontrado e, se for necessário, a apreensão de dispositivos de bancos de dados, disquetes, CDs, DVDs ou discos rígidos”.

JUSTIÇA

A assessoria de imprensa da Justiça Federal do Paraná divulgou uma nota para explicar a decisão do juiz Sergio Moro de determinar a condução coercitiva de Eduardo Guimarães. O texto afirma que ele é um dos alvos de investigação de quebra de sigilo de investigação criminal no âmbito da Operação Lava Jato e diz mais de uma vez que Guimarães “não é jornalista”.

“Pelos informações disponíveis, o Blog da Cidadania é veículo de propaganda política, ilustrado pela informação em destaque de que o titular seria candidato a vereador pelo PCdoB pela cidade de São Paulo. Junto aos cadastros disponíveis, como ao TSE, o próprio investigado se autoqualifica como comerciante e não como jornalista”, afirma a nota, reiterando que a Justiça apura conduta de agente público e das pessoas que supostamente teriam divulgado informações sigilosas e que poderiam ter colocado investigações em risco.

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Gilmar Mendes critica PGR por vazamentos de conteúdos sigilosos

Breno Pires

Agência Estado

Brasília – Em um duro discurso contra o vazamento de conteúdos sigilosos de investigações, o ministro Gilmar Mendes voltou a defender a anulação de materiais e depoimentos vazados de inquéritos. Gilmar criticou, sobretudo, o vazamento por parte de autoridades públicas, nomeando especificamente a Procuradoria-Geral da República (PGR). E disse que “a divulgação de informações sob sigilo de Justiça parece ser a regra e não exceção”.

“Não há nenhuma dúvida de que aqui está narrado um crime. A Procuradoria não está acima da lei. E é grande a nossa responsabilidade, sob pena de transformarmos este tribunal num fantoche. Um fantoche da Procuradoria da República. É preciso tratar o Supremo, Dra. Ella (Wiecko, representante da PGR no julgamento), com mais respeito.”

Gilmar Mendes manteve o mesmo tom crítico em toda a sua fala. “Eu mesmo me manifestei publicamente sobre este lamentável fenômeno em mais de uma oportunidade. Cheguei a propor no final

do ano passado o descarte de material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente mas divulgadas ilicitamente. E acho que nós deveríamos considerar este aspecto “

A manifestação do ministro se deu no início da sessão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), da qual é o presidente, nesta terça-feira, 21.

O ministro também criticou o uso de “offs coletivos” - quando informações são passadas, sob a condição de anonimato, a um grupo de repórteres que se comprometem a manter protegida a fonte da informação. Ele disse que “é importante destacar a fonte da denúncia”.

Diante das críticas, a subprocuradora-geral da República, Ella Wiecko, representante da PGR na sessão, disse que “o princípio da legalidade deve ser muito respeitado”.

MILITÃO

●● O ministro Gilmar Mendes, que é do STF e preside o Superior Tribunal Eleitoral, disse o seguinte em Brasília: “Precisamos afastar os políticos do dinheiro!” Só os políticos?

22 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Desabafo de ministro

Luís Barroso, do STF, acha que a corrupção se disseminou no Brasil "em níveis espantosos". E isso não tem a ver com pequenas fraquezas humanas: "foi um fenômeno sistêmico, estrutural, generalizado. Tornou-se o modo natural de se fazer negócios e política no Brasil."

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Temer recua e retira servidores estaduais e municipais da reforma da Previdência

Presidente anuncia que projeto abará apenas funcionários federais. Estados e municípios definirão regras próprias

● Pressionado por lideranças políticas e surpreendendo a todos com um pronunciamento chamado às pressas no início da noite de ontem, o presidente Michel Temer anunciou que a proposta de reforma da Previdência não vai mais incluir a revisão das regras para servidores estaduais e municipais. É o primeiro recuo oficial do governo na proposta da reforma previdenciária.

O presidente disse que tomou a decisão após várias reuniões com lideranças da Câmara e do Senado nos últimos dias. Nesses encontros, segundo ele, “surgiu com grande força” a ideia de que a União deveria respeitar a autonomia dos estados e dos municípios, fortalecer o “princípio federativo” e fazer com que a reforma atingisse apenas servidores federais.

“Vários estados já providenciaram sua reformulação previdenciária. Seria uma relativa invasão de competência e não queremos neste momento levar adiante”, disse, citando como exemplo categorias de policiais civis e professores.

“Vários estados já providenciaram sua reformulação previdenciária. Seria uma relativa invasão de competência e não queremos neste momento levar adiante.”

Michel Temer, presidente da República.

“Funcionários estaduais e municipais, de forma geral, dependerão da manifestação de seus governos estaduais e municipais”, disse.

Temer reiterou que a aprovação da reforma da Previdência é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, adequação das contas públicas e geração de novos empregos. “Estou passando para o relator [deputado federal Arthur Maia, do PPS-BA] e para o presidente da comissão [deputado Carlos Marun, do PMDB-MS], que logo amanhã [quarta, 22] transmitirão que, a partir de agora, trabalham com a Previdência apenas

para servidores federais”, afirmou. “Desde os primeiros momentos da nossa posse, dissemos que queríamos respeitar o princípio federativo. Reitero essa intenção.”

Temer ressaltou que tomou a decisão em razão de “peculiaridades locais”, e disse que os estados e municípios farão a reforma “se for necessário”. “Se não, não se submeterão a isso”, afirmou.

CONTINUA

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Lobby forte

Os servidores públicos fazem parte do grupo mais articulado no Congresso no lobby contra a reforma da Previdência. A decisão do presidente pode abrir novos precedentes de mudanças, já que várias categorias de servidores federais também pedem para ficar de fora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), entre eles juízes e procuradores do Ministério Público.

O anúncio foi feito sem a presença dos ministros do Planejamento, Dyogo Oliveira, e da Casa Civil, Eliseu Padilha, que coordenaram a equipe responsável pela elaboração da proposta. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, esteve reunido com Temer durante o início da noite e participou do anúncio, mas não se pronunciou.

Durante o comunicado, o presidente estava cercado ainda por lideranças políticas, entre elas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, e de Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy, além do presidente e do relator da comissão da reforma da Previdência na Câmara.

Temer fez apenas um pronunciamento e não respondeu perguntas — evitou até avaliar se a medida representava uma derrota da equipe econômica.

DESGASTE MENOR

Mudança tira 70% da pressão sobre deputados, diz Maia

• O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a decisão do governo de excluir servidores públicos estaduais e municipais da reforma da previdência "facilita muito" a aprovação da proposta no Congresso Nacional. Segundo ele, a exclusão tira 70% da pressão que parlamentares estavam recebendo para votar contra a reforma. "Acho que facilita muito. Tira 70% da pressão que estava sendo recebida. Você estava recebendo uma pressão que não era necessária", afirmou, após participar do anúncio da

decisão pelo governo no Palácio do Planalto. Na avaliação dele, a reforma se concentrará agora "naquilo que sempre foi o objetivo do governo, que é reduzir o déficit da previdência, que nunca incluiu servidores estaduais". De acordo com Maia, a decisão evitou uma derrota do governo, na medida em que servidores estaduais estavam se mobilizando para aprovar uma emenda para que fossem excluídos da reforma. "Acho que agora está no caminho certo. É concentrar nisso. Tirar da frente os servidores estaduais que estavam começando a se mobilizar sobre uma emenda. Agora é discutir cada um dos temas e mostrar que cada um deles está correto", disse.

GPI DA PREVIDÊNCIA

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou ontem a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação financeira da Previdência Social. O pedido de abertura da CPI, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), reuniu 58 assinaturas de apoio. Paim explicou que o objetivo da CPI é investigar os grandes devedores da Previdência para apurar possíveis fraudes e desvios, além de debater a questão do déficit no setor — uma "história mal contada", segundo ele. "A CPI vai esclarecer se precisa ou não de reforma da Previdência", declarou.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Lista de Janot

chega a relator no STF

sem assédio do público

Cresce expectativa para que o ministro Edson Fachin quebre o sigilo dos pedidos de abertura de inquéritos baseados nas delações da Odebrecht

● Uma semana depois de o procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot, enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) 83 pedidos de abertura de inquérito a partir dos acordos de colaboração premiada de 78 executivos e ex-executivos da Odebrecht, a papelada chegou ontem à tarde ao gabinete do ministro Edson Fachin, relator dos processos da Operação Lava Jato na Corte. Com isso, cresce a expectativa pela quebra do sigilo de parte das delações conforme solicitação da PGR.

Os papéis foram transportados em um carrinho por dois servidores da Corte, acompanhados pela secretária judiciária do STF, Patrícia Pereira de Moura Martins. A reportagem presenciou o momento em que o carrinho cruzou o tapete vermelho do STF, às 16h45, rumo ao gabinete de Fachin, localizado no terceiro andar do edifício anexo.

Diferentemente de quando os pedidos de Janot chegaram ao edifício-sede do STF na semana passada, não houve desta vez “assédio” do público. A área do subsolo que conecta o edifício sede ao anexo, chamada de “túnel do tempo”, estava praticamente deserta no horário.

O material enviado por Janot esteve guardado nos últimos dias no terceiro andar do edifício-sede do STF, na mesma sala onde estavam as delações da Odebrecht antes de serem homologadas pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

Depois de passar pelo tapete vermelho do STF, o carrinho com os pedidos de Janot foi levado à garagem do STF, rumo à portaria do edifício anexo localizada no subsolo. Para chegar ao terceiro andar do edifício anexo, os servidores optaram pelo elevador privativo da garagem, usando uma área de acesso restrito onde a presença da imprensa é proibida. Enquanto a papelada era transportada nos corredores da Suprema Corte, Fachin participava de sessão da Segunda Turma do STF.

A decisão do Supremo foi esperar para enviar todos os 320 pedidos do procurador-geral da República de uma só vez, entre inquéritos e petições. Por ora, devido ao sigilo dos conteúdos, nem mesmo as iniciais dos investigados estão presentes no sistema do Supremo.

A maioria dos inquéritos (64) tem um único investigado. São 16 inquéritos com 2 investigados. Há 2 inquéritos com 3 investigados. O inquérito que tem mais investigados é o de número 4.437, com 5 alvos.

Esses números se referem apenas ao Supremo, e não incluem os inquéritos que serão abertos em outras instâncias.

CONDUÇÃO COERCITIVA

A PF cumpriu ontem mandado de condução coercitiva expedido pelo juiz Sergio Moro contra o blogueiro Carlos Eduardo Guimarães, do Blog da Cidadania, para depor em inquérito que investiga o vazamento dos mandados contra o ex-presidente Lula. A defesa acusou a Justiça de arbitrariedade e de interferir no direito ao sigilo da fonte.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 MAR 2017

INVESTIGADOS NA LAVA JATO

Veja onde cada um dos citados nas delações da Odebrecht serão investigados por envolvimento na Operação Lava Jato:

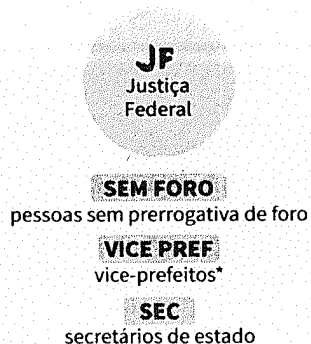
TRIBUNAIS SUPERIORES



SEGUNDA INSTÂNCIA



PRIMEIRA INSTÂNCIA



*Depende do que determina a Constituição Estadual
Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Gilmar Mendes acusa Procuradoria-Geral da República de vazar informações sigilosas

Em um discurso duro contra o vazamento de conteúdos sigilosos de investigações, o ministro do STF Gilmar Mendes voltou a defender a anulação de materiais e depoimentos vazados de inquéritos. Gilmar criticou, sobretudo, o vazamento por parte de autoridades públicas, nomeando especificamente a Procuradoria-Geral da República (PGR). E disse que "a divulgação de informações sob sigilo de Justiça parece ser a regra e não exceção".

"Não há nenhuma dúvida de que aqui está narrado um crime. A Procuradoria não está acima da lei. E é grande a nossa responsabilidade, sob pena de transformarmos este tribunal num fantoche. Um fantoche da Procuradoria da República. É preciso tratar o Supremo, dra. Ella [Wiecko, representante da PGR no julgamento], com mais respeito."

A manifestação do ministro se deu no início da sessão da Segunda Turma do STF, da qual é o presidente, ontem. O ministro também criticou o uso de "offs coletivos" – quando informações são passadas, sob a condição de anonimato, a um grupo de repórteres que se comprometem a manter protegida a fonte da informação. Ele disse que "é importante destacar a fonte da denúncia".

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

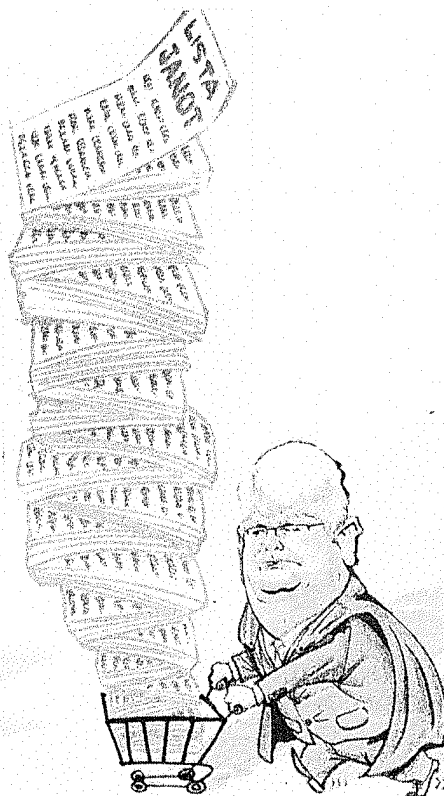
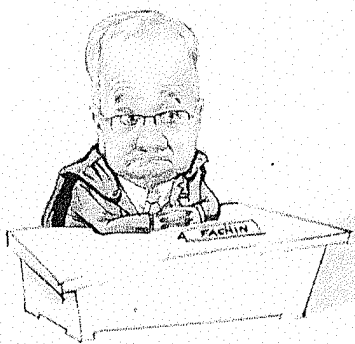
Maggi é apontado como 7.º ministro de Temer na lista de Janot

LAPA
Agência O Globo

Em meio à inspeção para acalmar o mercado, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, teve de explicar sobre a denúncia vazada pelo jornal *Valor Econômico* de que seu nome consta na lista entregue pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Outros sete ministros do governo Temer foram citados nas delações da Odebrecht no âmbito da Lava Jato.

Blaggi negou que tenha sido beneficiado pela empreiteira. "A chance de estar nesse negócio é zero. Não tem a mínima chance. Nunca tive negócio com esses caras. Minha única relação com eles [Odebrecht] foi pagar pedágio na rodovia que eles construíram. Para mim, seria ótimo se tirasse o sigilo. Tão certo que não tem nada como amanhã é outro dia", afirmou. Os motivos pelos quais o ministro teria se tornado alvo de pedido de investigação ainda não foram divulgados. Porém, segundo o jornal, seriam decorrentes de envolvimento de Maggi quando era senador, com a construtora Odebrecht.

PAIXÃO



22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

STF autoriza 1.^a operação com base em delação da Odebrecht

• Uma nova fase da Lava Jato foi deflagrada ontem com foco em nomes ligados ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e a outros três senadores: Renan Calheiros (PMDB-AL), Humberto Costa (PT-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO). A ação foi autorizada pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, por envolver autoridades com foro privilegiado. Foi a primeira operação da Lava Jato feita com base nas delações da Odebrecht.

Batizada de Satélites, a operação cumpriu 14 mandados de busca e apreensão em Brasília, Maceió, Recife, Rio e Salvador, com objetivo de investigar crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro. Informações sobre as buscas são mantidas em sigilo porque as delações ainda estão sob segredo de Justiça.

O nome Satélites “faz referência ao fato de que os principais alvos da operação gravitam em torno de pessoas com prerrogativa de foro”, diz a PF.

As revelações da empreiteira podem ser usadas não só para pedir novas investigações ao STF, como a Procuradoria-Geral da República fez na semana passada, como também para pedir medidas em inquéritos que já estão em andamento. Por isso, apesar de o material enviado pela Procuradoria no último dia 17 ainda não ter sido analisado no STF, é possível realizar buscas e apreensão com base na delação da Odebrecht.

Advogado de Eunício, Aristides Junqueira disse, em nota, ter “convicção de que a verdade prevalecerá” e que o parlamentar “autorizou que fossem solicitadas doações, na forma da lei, à sua campanha ao governo do Ceará”.

A defesa de Raupp, representada pelo advogado Daniel Gerber, afirmou que o peemedebista desconhece o teor da operação e que o senador “está sempre à disposição para esclarecer fatos”.

Humberto Costa disse, em nota, que a operação vai confirmar entendimento anterior da PF, de que não há evidências de que o senador tenha cometido irregularidade.

A assessoria de Renan informou que ninguém que trabalha com o senador em Brasília ou em Alagoas foi alvo da Satélites.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Presos ficaram no Ministério da Agricultura no PR por mais de uma década

Com apoio de
padrinhos políticos,
Daniel Gonçalves
Filho e Gil Bueno
Magalhães
permaneceram em
postos de comando
mesmo com
denúncias

BRASÍLIA

Catarina Scortecci,
correspondente

● Presos desde sexta-feira (17) no âmbito da Operação Carne Fraca, Daniel Gonçalves Filho e Gil Bueno de Magalhães permaneceram no comando da representação paranaense do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) por mais de uma década, e sempre com o apoio de “padrinhos” da política. O primeiro era indicação da bancada do PMDB do Paraná; o segundo foi nomeado com a tutela dos parlamentares paranaenses filiados ao PP.

Daniel Gonçalves Filho, apontado pela Polícia Federal como “chefe da organização criminosa” desmantelada pela ação de sexta-feira, foi nomeado para o posto máximo da Superintendên-

cia do Mapa no Paraná em julho de 2007, permanecendo até fevereiro de 2014. Quase um ano e meio depois, voltou para a mesma função. Desta vez, ficou até abril de 2016, só exonerado por força de um processo administrativo disciplinar aberto contra ele, e a despeito de reclamações de peemedebistas, que defenderam a permanência dele no cargo.

Em seu lugar, assumiu, de forma interina, Guilherme Biron Burgardt. Mas, segundo a PF, Daniel continuou mandando da superintendência do Paraná. “Mesmo suspenso de suas funções, deu ordens ao então superintendente interino, inclusive pedindo favores em nome de parlamentares”, escreveu a PF em documento que enviou à Justiça Federal.

Em julho do ano passado, o interino deu espaço para um novo titular. Assumiu o servidor de carreira Gil Bueno de Magalhães. A indicação, chancelada pelos parlamentares do PP do Paraná, foi alvo de protestos veementes. Gil era um nome conhecido entre os funcionários do Mapa: já tinha ocupado a mesma função entre os anos de 2014 e 2015, também entre 2001 e 2003, e estava sendo processado pelo crime de corrupção passiva.

Denúncia

Em março de 2016, Gil foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) em Paranaguá, acusado de receber propina para beneficiar duas empresas que eram alvos de fiscalização do Mapa, em um esquema semelhante ao revelado pela Operação Carne Fraca. Em maio do ano passado, anotou a PF, autoridades ainda encontraram com Gil um grande isopor com 10 kg de picanha argentina.

Quando voltou para o principal posto do Mapa no Paraná, em julho de 2016, um dos seus primeiros atos foi confirmar a saída do servidor Daniel Teixeira da fiscalização da empresa Peccin. Segundo a PF, a “transferência” ocorreu a pedido de um dos sócios da Peccin, já que Teixeira estaria descobrindo irregularidades na empresa. Teixeira levou o caso à PF. As informações do fiscal ajudaram no trabalho que resultou na Operação Carne Fraca.

No Diário Oficial da União de segunda-feira (20), Gil aparece como exonerado do cargo de superintendente do Mapa no Paraná. A reportagem não conseguiu contato dos advogados de defesa dos dois.

CONTINUA

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ex-ministra acusa deputados de pressão para manter 'bandido'

Moreira Mariz/Agência Senado



Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura e Pecuária.

■ A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), ex-ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na gestão Dilma Rousseff, disse ter sofrido uma "pressão nunca vista" de dois deputados federais do PMDB do Paraná para manter um "bandido", um "marginal", no comando da representação do Ministério da Agricultura no Paraná (Mapa). As declarações foram dadas na tarde de ontem, em discurso na tribuna do Senado. A senadora se referia à manutenção de Daniel Gonçalves Filho, preso durante a Operação Carne Fraca, no comando do órgão de controle.

Embora não tenha citado

na tribuna os nomes dos parlamentares que a pressionaram, a senadora já admitiu fora dos microfones que se tratam dos peemedebistas Sérgio Souza e Osmar Serraglio, hoje ministro da Justiça e da Segurança Pública. A bancada do PMDB do Paraná foi a responsável pela indicação de Daniel Gonçalves Filho, apontado pela Polícia Federal como o chefe do esquema de corrupção desmantelado sexta-feira (17) pela Carne Fraca, para o comando do órgão.

Presos comandaram representação do Ministério da

Agricultura no Paraná por mais de uma década

Hoje preso preventivamente, Daniel foi nomeado para o posto máximo da Superintendência do Mapa no Paraná em julho de 2007, permanecendo no cargo até fevereiro de 2014. Quase um ano e meio depois, voltou para a mesma função, ficando até abril de 2016. Ele foi exonerado por força de um processo administrativo disciplinar aberto contra ele.

Kátia Abreu disse ainda que o senador Roberto Requião (PMDB-PR) deixou nas mãos da bancada de deputados federais do PMDB do Paraná a indicação do comando do braço do Ministério da Agricultura no estado. Ainda segundo a senadora, a então presidente Dilma concordou com o afastamento imediato de Daniel, a despeito da pressão que os peemedebistas faziam a favor de Daniel.

OUTRO LADO

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, o deputado federal licenciado Osmar Serraglio (PMDB-PR), nega ter feito "pressão" para manter Daniel Gonçalves Filho no comando do Mapa no Paraná. Através da sua assessoria, o paranaense reforçou à **Gazeta do Povo** ontem que o nome de Daniel foi levado como opção para a bancada, no ano de 2007, pelas mãos do deputado federal Moacir Micheletto, morto em um acidente de carro no ano de 2012. A partir daí, com a "chancela de todos" os parlamentares da bancada do PMDB do Paraná, Daniel passou a ser considerado um representante da legenda.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

MPF denuncia 36 por fraude de R\$ 7,3 milhões em bolsas na UFPR

Trinta e seis pessoas envolvidas no esquema de desvio de dinheiro de bolsas de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) revelado pela Operação Research, deflagrada em fevereiro, foram denunciados à Justiça ontem. As informações foram divulgadas pelo Ministério Público Federal no Paraná (MPF), responsável pela acusação. Segundo a denúncia, os envolvidos teriam desviado entre março de 2013 e outubro de 2016 ao menos R\$ 7,3 milhões que deveriam ser destinados à pesquisa, mas foram para pessoas sem relação com a universidade. Segundo a Procuradoria da República, as investigações apontaram indícios concretos dos crimes de associação criminosa, peculato (desvio de dinheiro), peculato culposo e lavagem de dinheiro nos pagamentos feitos a diversas pessoas que não tinham vínculo com a UFPR a título de auxílio a pesquisadores e bolsistas no país e no exterior.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Fim do foro privilegiado entra na pauta de votações do Senado

• Após um acordo entre os líderes dos partidos, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou que colocará em pauta a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado no caso de crimes comuns. A decisão foi motivada por um requerimento apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e assinado por mais de 50 senadores. A primeira das cinco sessões de discussão da PEC 10/2013, do senador Alvaro Dias (PV-PR), está marcada para hoje.

“Durante essas sessões ou no intervalo dessas sessões, nós teremos condições, se for o caso, de ouvir as outras partes que tenham interesse nessa PEC, para que nós possamos dar o devido encaminhamento, com transparência e com aquilo que é o desejo e o sentimento da maioria deste Plenário”, afirmou Eunício Oliveira.

Inicialmente, o pedido era para a tramitação da PEC 10/2013 com calendário especial, que dispensa alguns prazos da votação. Depois, o acordo entre os líderes foi de alterar o pedido para regime de urgência, o que, de acordo com alguns deles, garantiria a apreciação da matéria em um prazo definido sem pular etapas na discussão. Como não há previsão regimental para a urgência na tramitação de PECs, o presidente tomou a iniciativa de incluir a matéria na pauta.

“Na verdade, pelas manifestações em Plenário, ficou claro que é um desejo, um interesse de todo o Plenário votar a matéria. De todos os partidos aqui presentes, não vimos nenhuma manifestação em contrário”, comemorou Randolfe.

Crimes comuns

O texto prevê o fim do foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns, assim como permite a prisão de membros do Congresso Nacional condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje, eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

EMENDA DE “PROTEÇÃO”

O senador Fernando Bezerra (PSB-PE) adiantou que vai apresentar até amanhã uma emenda ao projeto que extingue a prerrogativa de foro privilegiado para proteger políticos no exercício do mandato. Pela proposta de Bezerra, as denúncias devem passar por um “filtro” no Supremo Tribunal Federal (STF) antes de serem encaminhados às instâncias inferiores. “Eu acho que deveríamos preservar que a denúncia para os parlamentares ficasse ainda a título da Procuradoria-Geral da República. O Supremo analisaria a procedência ou não da denúncia. Caso fosse aceita, nós iríamos ser julgados como qualquer cidadão brasileiro pela Justiça de primeira instância”, declarou Bezerra.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Sem acordo, greve do ônibus na capital vai a dissídio na Justiça do Trabalho

Paralisação completa oito dias hoje, após fracasso da audiência de conciliação no Tribunal do Trabalho. Desembargadora determina que frota mínima em circulação seja ampliada para 80%

Laura Beal Bordin

● Sem acordo em cinco horas de audiência no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os motoristas e cobradores recusaram a última proposta patronal e decidiram continuar com a greve parcial de ônibus em Curitiba. A paralisação chega ao oitavo dia hoje — é a mais longa desde o início do Plano Real.

Com a continuidade da paralisação, a desembargadora do TRT Marlene Suguimatsu determinou a ampliação da frota mínima — 80% nos horários de pico (5h às 9h e das 17h às 20h) e 60% nos demais períodos. A nova frota mínima deverá ser cumprida a partir das 5 horas da manhã de hoje. A multa de R\$ 100 mil por hora em caso de descumprimento foi mantida pela magistrada.

Depois de duas audiências de conciliação, o dissídio coletivo da categoria vai a julgamento numa Seção Especializada no TRT, que reúne todos os desembargadores do tribunal. O julgamento ainda não tem data para acontecer, mas a previsão da desembargadora é de que o assunto deva ser retomado em aproximadamente uma semana e meia.

Até lá, a frota mínima estipulada pela Justiça deve ser cumprida. “Os responsáveis poderiam se empenhar mais na busca por uma solução. A falta de vontade foi percebida em alguns momentos”, reclamou Marlene, que conduziu a audiência.

Ponto de discórdia

O Sindimoc, sindicato que representa os motoristas e cobradores, rejeitou a proposta das empresas, que durante toda a negociação não saiu dos 6% de reajuste dos salários e no vale-alimentação, além de R\$ 400 de abono a serem pagos em maio de 2017. De acordo com o sindicato, 90% dos 833 trabalhadores presentes em assembleias rejeitaram a proposta das empresas de reajustar em 6% o vale-alimentação.

As outras propostas tinham sido aceitas pela categoria, mas, sem o aumento do benefício pelo Setransp, o sindicato patronal, a negociação voltou à estaca zero. Com isso, os trabalhadores voltam à proposta inicial de 15% de reajuste nos salários e vale-alimentação que passava de R\$ 500 para R\$ 977. “Os trabalhadores abriram mão do máximo para conseguir a conciliação, mas acabaram não sendo respeitados”, disse Anderson Teixeira, presidente do Sindimoc.

Depois da primeira audiência de conciliação no TRT, os trabalhadores reduziram o pedido de reajuste salarial para 10%, o vale-alimentação para R\$ 630 e pediram um abono salarial de R\$ 450. Estas condições deixaram de ter validade, segundo Teixeira.

CONTINUA

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Presidente do Setransp pede “paciência à população”

● Após sete dias de greve do transporte em Curitiba, o presidente do sindicato que representa as empresas de ônibus (Setransp), Maurício Gulin, pediu “paciência à população”. “Estamos em busca de uma solução para que não seja preciso um novo aumento na tarifa”, disse, depois da audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, que acabou sem acordo entre empresas e trabalhadores.

Gulin disse ainda que as empresas buscarão manter o diálogo antes do julgamento do dissídio, que deve acontecer dentro de uma semana. “O diálogo tem que continuar para tentar chegar a um acordo antes do julgamento”, afirmou.

A tarifa foi reajustada em 15% no último dia 6 de fevereiro, passando de R\$ 3,70 para R\$ 4,25.

EFEITOS DA PARALISAÇÃO Sistema perde 3 milhões de usuários e deixa de arrecadar R\$ 5,8 milhões

| *Raphael Marchiori*

● Além dos transtornos à população, a greve de ônibus em Curitiba traz perdas financeiras ao próprio setor. Nos cinco primeiros dias de paralisação na capital – quatro deles com greve parcial –, cerca de 3 milhões de passageiros deixaram de viajar nos ônibus da cidade.

Os dados são da Urbs, empresa de economia mista responsável pela gestão do transporte na capital. De acordo com a Urbs, 5,4 milhões de embarques foram realizados no sistema entre os dias 10 e 14 de março. Já nos primeiros cinco dias de paralisação – de 15 a 19 de março, foram 2,4 milhões. Os dados compreendem passageiros pagantes, isentos e estudantes que pagam meia tarifa. Além disso, o mesmo passageiro pode ter entrado mais de uma vez no sistema.

Os ônibus de Curitiba transportam diariamente 1,5 milhão de passageiros, em média. Destes, 698.196 são os chamados passageiros pagantes equivalentes, ou seja, que pagam a tarifa integral. Nessa conta, portanto, a proporção de pagantes é de 46%. Levando em consideração a tarifa de R\$ 4,25, é possível estimar que algo em torno de R\$ 5,8 milhões tenham deixado de entrar nas contas do sistema. Esse prejuízo representa 10% de toda a arrecadação do último mês de fevereiro no Fundo de Urbanização de Curitiba, conta para onde vão as tarifas pagas pelos passageiros.

Causas são claras

A perda de passageiros durante a greve se deve, principalmente, pela menor oferta de transporte nas ruas. Mas há também perda de receita pela falta de cobradores em estações-tubo, situação observada em todos os primeiros seis dias da paralisação.

Golpe na representação

Com a reforma política correndo no Congresso Nacional, voltou a ganhar força uma ideia que pode dissociar de vez a representação desejada pelos eleitores e a que efetivamente toma posse nos Legislativos Brasil afora, especialmente em Brasília: a introdução da lista fechada, pela qual o eleitor vota apenas no partido, que determina quais nomes farão parte da lista e em que ordem, preenchendo por esse critério as cadeiras parlamentares que o voto popular lhes atribuir. O modelo tem sido defendido por vários políticos e partidos — a novidade é a adesão de ministros dos tribunais superiores. Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal e atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e Dias Toffoli, também do STF e ex-presidente do TSE, foram a público manifestar apoio à ideia e criticar o atual sistema proporcional.

Há dois pontos positivos na lista fechada. O primeiro é o fortalecimento dos partidos, que em tese se veriam obrigados a ressaltar mais suas ideias e plataformas (claro, para as legendas que se preocupam com isso, já que para a maioria delas a ideologia não existe nem como acessório) e menos as pessoas que deles fazem parte. A segunda virtude depende de a lista fechada funcionar como parte do sistema distrital misto e ser usada para preencher apenas parte das cadeiras legislativas. A lista serviria para alavancar candidatos ligados a certas causas ou minorias cujo eleitorado é fragmentado e insuficiente para eleger alguém nas disputas nos distritos.

Mas não há notícia de que os parlamentares estejam pensando em voto distrital misto, defendido pela **Gazeta do Povo** e citado por Mendes e Toffoli. O que tem sido colocado na mesa é a lista fechada pura e simples, o que seria apenas um meio de colocar nos Legislativos pessoas que não necessariamente teriam a aprovação do eleitorado. Mendes ironizou o sistema atual afirmando que “vota-se em Tiririca e elege-se Valdemar da Costa

Neto e Protógenes” — mas pode-se dizer que pelo menos eles tiveram a preferência do eleitor sobre outros candidatos do mesmo partido ou coligação. Não é, claro, a situação ideal, mas é preciso lembrar que duas medidas buscam resolver esse tipo de distorção: a exigência de que os eleitos tenham pelo menos 10% do quociente eleitoral, que já valeu para os candidatos a vereador no ano passado; e está na Câmara, após aprovação do Senado, a proibição de coligações nas eleições proporcionais, pela qual o eleitor não mais correrá o risco de votar em alguém e eleger um candidato de um partido cujas plataformas são radicalmente diferentes. Já com a lista fechada o eleitor não teria nem mesmo a possibilidade de demonstrar sua preferência por este ou aquele político dentro do partido ao qual daria seu voto. No fim, a lista fechada apenas fortaleceria os caciques partidários e serviria de tábua de salvação para políticos envolvidos em escândalos, que não mais teriam de submeter o rosto e o nome à aprovação do eleitor.

Mas engana-se quem pensa tratar-se apenas de um debate sobre representação política. Acessos de sinceridade de alguns parlamentares mostram o que realmente está em jogo: “Não consigo entender como vamos fazer financiamento de campanha público se não tiver lista fechada”, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), citado em delações da Lava Jato. A classe política nunca escondeu sua vontade de avançar ainda mais sobre os cofres públicos com a adoção do financiamento exclusivamente público de campanha. Após a proibição de doações feitas por pessoas jurídicas, os partidos sofreram para conseguir doações de pessoas físicas, e em 2016 foi impossível repetir as campanhas milionárias de outrora. Com a lista fechada, seria preciso promover apenas os partidos, e não milhares de candidatos para os quais não há dinheiro que chegue, pelas regras atuais.

E, nessas circunstâncias, até mesmo as desventuras dos políticos encrencados com a Lava Jato servem para desviar a atenção de acordos que pretendem transferir cada vez mais dinheiro do cidadão para os partidos (concorde ou não com eles) e danificar a representação política.

22 MAR 2017

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O juiz Sergio Moro (à esq.), o presidente da ACP, Glaucio Geara, Gustavo Vieira Tacla, coordenador do Conselho de Jovens Empresários da Associação Comercial do Paraná (gestão 2017-2019), e o professor adjunto de Relações Internacionais e Políticas Públicas da Columbia University, da Nova York, Marcos Troyjo.

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Na Justiça, a carne não pode ser fraca

CONRADO CORRÊA GONTIJO, GUSTAVO MASCARENHAS E MARCELA GREGGO

No caso das carnes, o julgamento antecipado por parte da opinião pública pode acarretar ao Brasil prejuízos catastróficos na economia

Não é de agora que a advocacia alerta para o perigo da espetacularização de investigações e processos. Este espaço já foi palco de diversas manifestações nesse sentido.

O fenômeno da superexposição das acusações teve início, por ironia do destino, com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, um dos maiores alvos das últimas operações.

Não se ignora a necessidade de investigações que contribuam para o necessário “jogo limpo” no Brasil, mas a falta de técnica e cuidado pode causar graves prejuízos econômicos ao país.

Passada a espalhafatosa operação da Polícia Federal na última sexta-feira (17), ficam os fatos e as consequências. O anúncio dos possíveis delitos principia pelo apontamento do delegado responsável pela operação acerca do uso de “ácidos” para “maquiar” a carne.

Basta ler o que já está disponível na investigação para concluir que o ácido é o ascórbico, ou seja, vitamina C, que, como se sabe, nada tem de cancerígeno.

O problema maior, contudo, é colocar, num único balaio, todas as empresas envolvidas. A atitude pode até facilitar a propagação de uma única operação de combate aos desvios, com um nome midiático e a utilização de mais de mil agentes da Polícia Federal num único dia, mas é perigosíssima para o país.

A JBS não teve nenhuma fábrica interdita; a BRF teve uma, que responde por porção ínfima de sua produção. Contra ambas não pesam acusações graves.

Mesmo assim, mercados internacionais de grande relevância, como União Europeia e China, já anunciaram restrições às exportações de carne brasileira.

JBS e BRF já perderam bilhões em valor de mercado e, no cenário de crise em que o país se encontra, podem ter de demitir milhares de trabalhadores. A quem interessa a divulgação prematura das investigações? Não ao Brasil, certamente.

A própria liberação (ilegal) de áudios que levaram a tudo isso evidencia o equívoco. A suposta mistura de papelão com carne de frango pode não passar de discussão informal a respeito da embalagem da carne por parte de funcionário de uma das empresas. O exagero é evidente.

Não é de hoje que se alerta para os perigos do policial hermeneuta, que interpreta os áudios captados e os leva diretamente, segundo sua própria interpretação, para julgamento numa coletiva de imprensa.

É preciso lembrar que o direito ao devido processo legal tem envergadura constitucional tanto quanto o princípio da publicidade — não pode, portanto, ser mitigado.

Muitos países tornam pública apenas a decisão dos juizes de última instância, como a Alemanha e os Estados Unidos, pois entendem, desde a década de 1960, que a divulgação ostensiva de um caso afeta o processo.

A Europa mantém leis que regulam a divulgação de casos criminais. A corte de Justiça do continente ponderou que mesmo casos de grande exposição têm direito à privacidade de seus julgamentos, para que estes sejam justos.

No Brasil, os casos de pré-julgamento são cada vez mais vastos. Na Operação Lava Jato, um diretor de uma grande empreiteira foi absolvido de todas as acusações, inclusive da de distribuir propina, depois de passar meses preso.

No caso das carnes, a divulgação precoce e o julgamento antecipado

por parte da opinião pública podem acarretar reflexos catastróficos sobre toda a economia do país. Operações não podem acontecer apenas para sanar a vontade de aprovação popular por parte de alguns agentes da polícia.

Há quem diga que a data da deflagração não foi coincidência: os federais, após dois anos de investigação, escolheram justamente o dia 17 de março para ofuscar o aniversário da Lava Jato, de cujo sucesso certos setores da PF se sentem excluídos.

Situações como essa evidenciam que fraca no Brasil não é a carne, mas a preocupação de quem conduz as investigações. É preciso ser forte diante da tentação dos microfones e holofotes.

CONRADO CORRÊA GONTIJO é advogado criminalista. Doutorando em direito pela USP, é autor do livro “O Crime de Corrupção no Setor Privado”.

GUSTAVO MASCARENHAS é advogado criminalista. Foi pesquisador de direito penal e democracia na Utrecht University (Holanda).

MARCELA GREGGO é advogada criminalista e pós-graduanda em direito penal econômico pela Fundação Getúlio Vargas.

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Por dentro dos podres da carne

VINICUS TORRES FREIRE

As 305 páginas do despacho do juiz da Carne Fraca têm pouca carne podre e muito governo fétido

HÁ POUCA CARNE podre no despacho do juiz que autorizou a Operação Carne Fraca. Não está lá a história da linguiça de papelão. Sim, há carne ruim, em frigorífico menor. Tem até lote podre de ervilhas na história.

Mas fica evidente que a fiscalização da comida no Paraná, em Goiás e em Minas Gerais, pelo menos, é um osso mole de roer, com subornos baratos. Um executivo de pelo menos um grande frigorífico organizava a mutreta.

Para que subornar fiscais, de superintendentes do ministério ao “zé mané”, se o objetivo não é passar comida ruim adiante? Também para isso, para que se faça vista grossa, supõe-se. Mas há pouca evidência direta de carne podre.

Há casos de tentativas de afastar fiscal decente. Há compra de normas, autorizações e “agilização” de processos.

Em suma, gente nomeada por políticos administra rede de fiscais com poder destrutivo para envenenar pessoas e causar prejuízos econômicos nacionais. Mas o caso lembra corrupções municipais, como o de fiscais de obras.

É o que se depreende das 305 páginas do despacho do juiz Marcos Josegredi da Silva, da 14ª Vara Federal de Curitiba.

A promessa de corrupção maior é a de doação de R\$ 300 mil para a campanha de parlamentares padrinhos de um fiscal graduado corrupto. Há o caso verificado de apartamentos no nome de um ex-superintendente no Paraná. Há suspeitas de uns R\$ 50 mil ali, R\$ 20 mil aqui.

Fiscais menos graduados também recebem dinheiro, mas não fica clara a quantia.

Muita vez, o suborno aparece na forma de lotes de asinha de frango, calabresa, presunto, alcatra, maminha e picanha. Um corrupto pede que comprem seu carro usado. Outro, que arrumem um teste para seu neto em um time de futebol de São Paulo.

Quem são esses? Gente que discute suborno nestes termos: “Vou comprar [calabresa], né, porque não compensa, né, Carlão, sair daqui pra pegar dois gomos de linguiça lá, gasolina tá [cara]...”.

Mas tem coisa muito grave e grande na Carne Fraca.

Pede-se ajuda a “parlamentares” para facilitar exportações pelo porto de Itajaí. Uma múltipla brasileira paga a viagem de fiscais para que eles conheçam e certifiquem processo mais rápido de abate de aves. Fiscais pouco graduados discutem como reutilizar peru com salmonela, rejeitado na Europa.

Funcionários de grande frigorífico tentam “agilizar” o registro de certificação de granjas fornecedoras. Assim seriam certificados em laboratórios da empresa, escapando de laboratórios do Ministério da Agricultura, que poderiam flagrar salmonela em frangos e perus. Não se sabe o fim da história.

Funcionários de grandes frigoríficos, “campeões nacionais”, agiam dentro de escritórios regionais do Ministério da Agricultura, com acesso a computadores e senhas para emissão de certificados sanitários. Por vezes, redigiam certificados de fiscalização, só assinados pelos fiscais.

Não há motivos para acreditar que tal bandalheira não se repita em outros Estados.

O que fazer? Blairo Maggi dizer quem são os políticos padrinhos dos superintendentes demitidos e dos que estão no cargo. Fazer devassa e dança das cadeiras na fiscalização. Auditoria com grande amostragem na carne dos frigoríficos “campeões nacionais”. E abatam-se cabeças.

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar acusa Procuradoria de vazar dados da Lava Jato

Para ministro do STF, divulgação de informações sigilosas é 'chantagem'

“Cheguei a propor no final do ano passado o descarte do material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente e divulgadas ilicitamente e acho que nós devemos considerar esse aspecto

GILMAR MENDES

Ele citou a ombudsman da Folha, que criticou a participação de jornalistas no que seria 'coletiva em off' na PGR

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), acusou nesta terça (21) a Procuradoria-Geral da República de ter vazado informações da Lava Jato. Também criticou a Polícia Federal pela divulgação da menção do ministro Osmar Serraglio (Agricultura) na Carne Fraca.

Sobre a Lava Jato, Gilmar disse que a divulgação de dados sob sigilo é uma “forma de chantagem implícita ou explícita”. “É uma desmoralização da autoridade pública”, declarou.

Ele mencionou a coluna deste domingo (19) da ombudsman da **Folha**, Paula Cesarino Costa, que criticou a forma como, segundo ela, jornalistas vêm obtendo informações sobre pedidos de abertura de inquéritos feitos

pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, no âmbito do STF.

Segundo Paula, a divulgação do material se deu pelo que chamou de “entrevista coletiva em off” —sem identificação da fonte— da Procuradoria a veículos de imprensa.

Ela cita telejornais, rádios, portais de internet, a **Folha** e os jornais “O Estado de S. Paulo”, “O Globo” e “Valor”.

A ombudsman atua de forma independente da Redação da **Folha** e tem a função de criticar as edições do jornal e representar os leitores.

“Cheguei a propor no final do ano passado o descarte do material vazado, uma espécie de contaminação de provas colhidas licitamente e divulgadas ilicitamente e acho que nós devemos considerar esse aspecto”, disse Gilmar.

“A novidade trazida pela publicação da ombudsman está na divulgação de um novo instrumento de relacionamento com a imprensa, a entrevista coletiva em off”, ressaltou Gilmar. De acordo com

ele, “a imprensa parece acomodada com esse acordo de traslado de informações”.

O ministro disse que a PGR deve explicações ao STF. “As investigações devem por objetivo produzir provas, não entreter a opinião pública ou demonstrar autoridade”, disse.

E afirmou: “Quem não tiver essa noção de que não estão em jogo os personagens que hoje ocupam as funções, mas as instituições, é um irresponsável. Não é digno de ocupar os cargos que porventura está a ocupar”. Segundo o ministro, o vazamento de informações sob sigilo é “eufemismo para um crime”.

CONTINUA

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SESSÃO ESPÍRITA

Presente à sessão, a sub-procuradora da República Ela Wiecko afirmou que o discurso de Gilmar expõe “defeitos em todas as instituições”.

“A sua fala se centrou muito na Procuradoria-Geral da República, no procurador-geral, não vou contestar, não sei detalhes desta suposta entrevista coletiva em off”, disse.

“Uma coisa que me chama muito a atenção é o poder da mídia. Aqui no caso a ombudsman da **Folha** inclusive critica o próprio jornal. E é isso que vejo: a mídia estabelece o momento, eles fazem investigação, sim, ministro, têm acesso, não sei como, mas eles têm muitas informações e estabelecem o momento em que colocam essas notícias a público”, disse Wiecko. Segundo ela, o princípio da legalidade deve ser respeitado.

Gilmar então rebateu: “A mídia não estaria divulgando nomes se esses nomes não estivessem sido fornecidos. É muito claro, não vou acreditar que a mídia teve acesso a partir de uma sessão espírita, isso parece ser evidente”.

“Não tenho dúvidas de que aqui está narrado um crime. A Procuradoria não está acima da lei”, disse o ministro.

Procurada, a assessoria da PGR disse que o órgão não vai se manifestar.

Na sua fala, à sessão da 2ª Turma do STF, Gilmar criticou a divulgação do nome de Serraglio (PMDB), flagrado na Operação Carne Fraca.

“E claro que isso tem um propósito destrutivo como acabam de fazer com o ministro da Justiça ao dizer que ele fez um telefonema para uma autoridade envolvida nesses escândalos”, disse. No caso da gravação telefônica que menciona Serraglio, a divulgação de seu teor foi autorizada pela Justiça.

“Um delegado decide fazer uma operação, a maior já realizada no Brasil, para investigar a situação de carnes e anuncia que estaríamos comendo carne podre e que o Brasil estava exportando para o mundo carne viciada. Por que ele fez isso? Porque num quadro de debilidade da política, não há mais anteparo, perderam os freios, não há mais freios e contrapesos”, afirmou Gilmar.

Procurada, a PF não se manifestou.

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Moro obriga blogueiro que adiantou operação a ir depor

Eduardo Guimarães é investigado por ter antecipado
ação contra Lula há 1 ano

Juiz também ordenou a apreensão de celulares e notebooks; para magistrado, sigilo da fonte não se aplica

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

O juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal do Paraná, determinou a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães, que edita o Blog da Cidadania. A Polícia Federal cumpriu o mandado na manhã desta terça (21) e levou Guimarães para a superintendência do órgão, onde ele deu depoimento.

O blogueiro já tinha sido intimado, em fevereiro, a prestar esclarecimentos em outra investigação, sobre ataques e insultos que ele fez a Moro nas redes sociais. Ele chamou o magistrado de psicopata no Twitter e disse que os “delírios” do juiz “vão custar seu emprego, sua vida”. Guimarães diz que se dirigia aos leitores, e não ao magistrado.

Na ação desta terça, o juiz ordenou ainda “a apreensão de quaisquer documentos” relacionados aos crimes de violação de sigilo e obstrução à investigação policial.

Foram apreendidos dois celulares e um notebook na casa do blogueiro, alinhado à esquerda e ao PT, cuja página na internet faz oposição ao governo de Michel Temer e a integrantes da Lava Jato.

No ano passado, Guimarães antecipou informações sobre a condução coercitiva do ex-presidente Lula, em 4 de março. Na época, o Ministério Público Federal reclamou e disse que o fato, que teria atrapalhado a operação, seria investigado.

De acordo com o advogado Fernando Hideo Lacerda, que representa Guimarães, a PF perguntou ao blogueiro, no depoimento, quem foi a fonte da informação. “Foi uma arbitrariedade. Ninguém tem a obrigação de revelar o nome de sua fonte. O sigilo é garantido pela Constituição”.

Segundo Lacerda, a PF já sabia quem passou a informação a Guimarães e, por isso, ele acabou abrindo o sigilo. “Ele falou antes de eu chegar e de orientá-lo quanto à garantia de sigilo”, diz o advogado.

Os policiais perguntaram também se, de posse da informação de que a ação ocorreria, ele a teria repassado a terceiros. A operação tinha como alvo não apenas Lula, mas sua

família e assessores. “É irrelevante essa informação porque tudo o que ele sabia publicou”, disse Lacerda.

Em nota, a Justiça Federal do Paraná afirmou que Guimarães é um dos alvos de investigação de quebra de sigilo de investigação no âmbito da Lava Jato e diz mais de uma vez que Guimarães “não é jornalista”.

“Pelos informações disponíveis, o Blog da Cidadania é veículo de propaganda política [...]. Junto aos cadastros disponíveis, como ao TSE, o próprio investigado se autoqualifica como comerciante”.

“Não é necessário diploma para ser jornalista, mas também não é suficiente ter um blog para sê-lo. A proteção ao sigilo de fonte protege apenas quem exerce a profissão de jornalista, com ou sem diploma”, diz o comunicado da Justiça do Paraná.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Tempestade perfeita

Os reparos à condução da Operação Carne Fraca criaram o ambiente ideal para políticos e críticos da Lava Jato no Judiciário incitarem uma onda de censuras à atuação de órgãos de investigação. A dura fala do ministro Gilmar Mendes, do Supremo, nesta terça (21), foi uma pequena amostra. Outros nomes de peso no meio jurídico se somarão a ele. No Congresso, veem clima para relativizar o trabalho da polícia e pôr em marcha propostas que impõem limites ao Ministério Público e à PF.

Mais um Ex-presidente do STF, Nelson Jobim adotou linha semelhante à de Mendes em conversas com amigos nas quais criticou o suposto vazamento de dados da Lava Jato de dentro da Procuradoria-Geral da República.

96 contraponto

Minuto de fama

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto comentava com interlocutor como o julgamento do mensalão, que presidiu, até hoje lhe dá projeção.

Recentemente, saiu para jantar em São Paulo. Ao estacionar o carro, o inevitável flanelinha se aproximou:

— Fique tranquilo que cuido do seu patrimônio— disse.

Ayres Britto agradeceu e disse que na volta lhe daria algum trocado. Ao retornar, notou que estava sem nada.

— Meu amigo, vou ficar lhe devendo — disse o ex-ministro. O flanelinha respondeu, compreensivo:

— Ministro, o sr. não me deve nada. Basta fazer cumprir a Constituição.

MÔNICA BERGAMO

ELO

Os policiais que interrogaram nesta terça (21) o blogueiro Eduardo Guimarães sobre o vazamento da informação de que Lula seria alvo de uma ação policial, em março do ano passado, disseram a ele que não apenas já sabiam a fonte da notícia como também quem passou a história a essa pessoa: uma mulher ligada à Receita Federal.

ELO 2

Guimarães obteve e divulgou em seu blog a informação, ainda sigilosa, de que Lula seria o centro de uma operação da PF.

ELO 3

O juiz Sergio Moro, que ordenou a condução coercitiva de Eduardo Guimarães para prestar depoimento, não quis responder, nesta terça, se outros vazamentos ocorridos no âmbito da Operação Lava Jato já foram ou estão sendo investigados.

TUDO DIA

Os vazamentos, comuns na Lava Jato, têm sido objeto de crítica não apenas de seus alvos. O ministro Gilmar Mendes chegou a dizer, nesta terça (21), que “na Lava Jato, a publicação de informações sob segredo de Justiça parece ser a regra, e não a exceção”.

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

NOVATO NO SUPREMO

Indicado por Temer, Alexandre de Moraes
tomará posse nesta quarta (22) no STF;

SIMON DUCROQUET

mais novo da Corte, poderá ficar no cargo até 2043

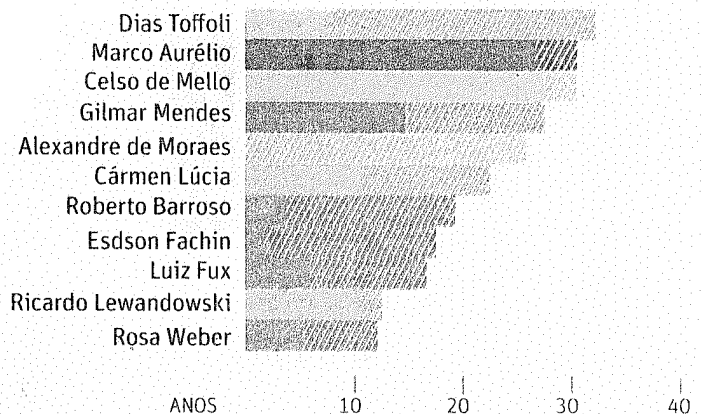
Essa é a sucessão de todos os ministros do Supremo nomeados desde o presidente Figueiredo. Lula foi o presidente que mais nomeou ministros desde a abertura democrática. Na composição atual, dos 10 ministros, 7 são de governos do PT

Desde a mudança na Constituição ocorrida em 2015, os ministros se aposentam compulsoriamente aos 75 anos. Nos próximos cinco anos, três ministros atingirão essa idade: Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Marco Aurélio. Alexandre de Moraes, aos 48 anos, será o mais jovem da corte atual e só chegará à idade limite em 2043. Sem mudanças nas regras e se ele terminar o mandato ao se aposentar, terá sido ministro durante sete mandatos de presidentes da República

Outros ministros da corte atual assumiram o cargo ainda mais jovens. O atual decano – o que tem mais tempo de casa – é Celso de Mello. Ele foi nomeado por José Sarney quando tinha 43 anos. Marco Aurélio, o segundo com mais tempo de casa, também tinha 43 anos quando foi escolhido por Fernando Collor. O ministro mais jovem ao assumir foi Dias Toffoli, aos 41 anos

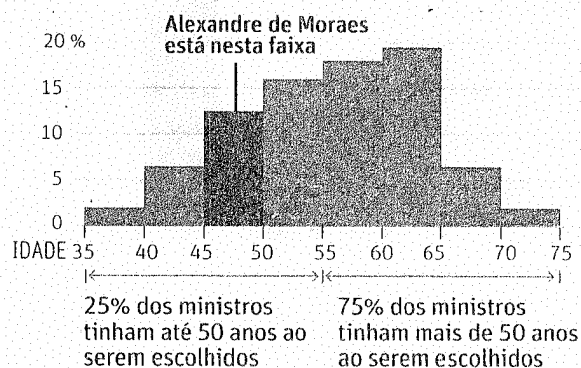
TEMPO DE CASA ATÉ COMPLETAR 75 ANOS

■ até hoje ▨ quanto falta para se aposentar



PERCENTUAL DE MINISTROS POR IDADE

Analisando o histórico de todos os 167 ministros do STF desde o início da República, é possível ver com que idade os ministros costumam ser escolhidos



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

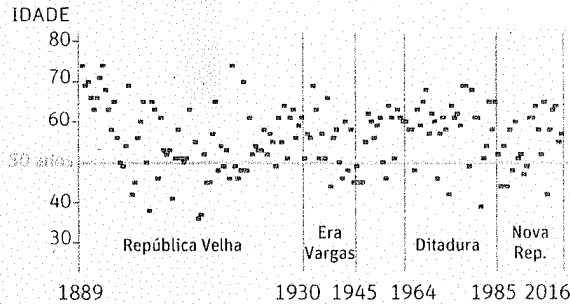
CONTINUAÇÃO

IDADE AO ENTRAR NO STF, EM ANOS

Apesar de serem menos comuns, ministros abaixo dos 50 anos sempre estiveram presentes no STF

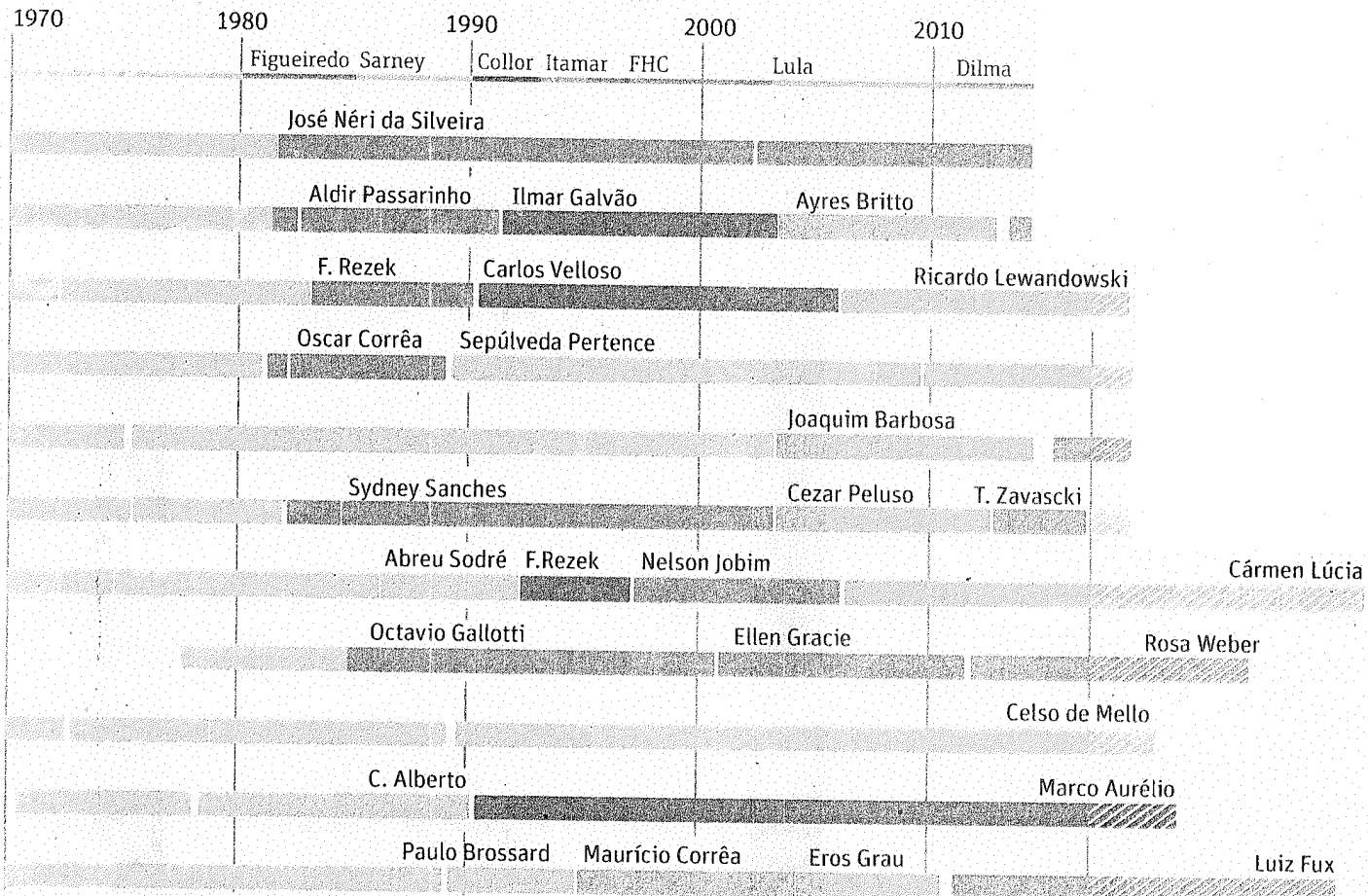
22 MAR 2017

• Cada ponto é um ministro



QUEM OCUPOU AS 11 CADEIRAS DO STF

A cor da barra de cada ministro mostra o presidente que o indicou

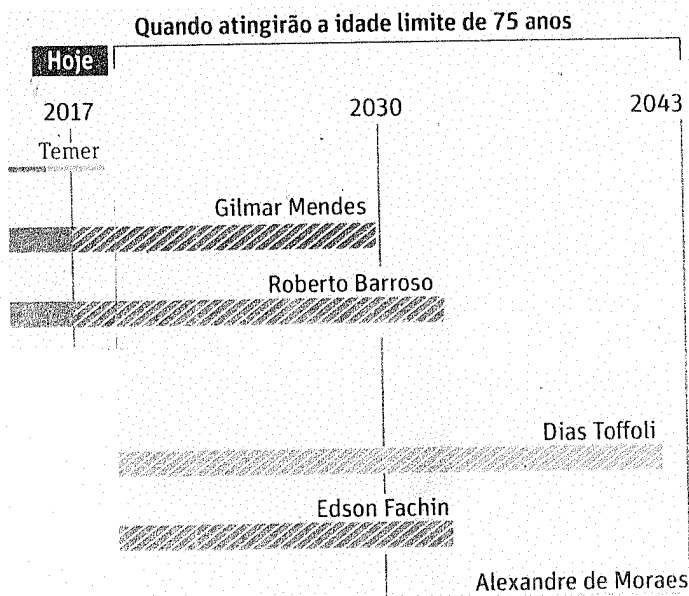


CONTINUA

22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



22 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do DF manda servidor indenizar Geddel Vieira Lima

DE SÃO PAULO - A Justiça do DF condenou um servidor público a pagar uma indenização de R\$ 10 mil ao ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) por tê-lo chamado de "golpista" em um avião. Cabe recurso.

Em um voo de Brasília a Salvador em agosto de 2016, o servidor federal Edmilson Dias Pereira disse, em voz alta, que "o chefe desse senhor [em referência a Michel Temer] pediu R\$ 10 milhões para a Odebrecht". O episódio foi filmado pelo próprio servidor e postado em redes sociais.

O juiz Jayder de Araújo entendeu que a manifestação tinha "o propósito de depreciar a imagem" de Geddel e relacioná-lo à corrupção".

Puxão de orelhas

Os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deram ontem um “puxão de orelhas” nos policiais federais responsáveis pela Operação Carne Fraca. De acordo com Mendes, houve “uma disputa pela mídia” na divulgação de suposta adulteração de carne vencida para exportação.

Na avaliação do ministro, isso acontece porque “no atual quadro de debilidade política não há mais anteparos, perderam os freios. E não querem que se aprove lei de abuso de autoridade”.

Já Dias Toffoli foi direto ao ponto. Para ele, as “pirotecnias” em ações policiais devem ser evitadas, bem como o vazamento de in-

formações sigilosas sobre as operações. “Se todos nós comêssemos carne podre, nós estaríamos no hospital, e não aqui em sessão”, afirmou Toffoli.

Mas o que está por trás disso tudo é bem claro: a pressão está aumentando rapidamente, e ninguém, nem do Judiciário, está a salvo nesta selva que virou

a vida pública brasileira. Com operações policiais estourando a qualquer momento, políticos, empresários e personalidades da vida pública estão na mira constantemente. E quem deve, independente de classe social ou dinheiro no banco, sabe que agora está passível de ser chamado a se explicar. ●

Moro determina condução coercitiva de blogueiro

O blogueiro Eduardo Guimarães (foto), responsável pelo Blog da Cidadania, foi conduzido coercitivamente ontem (21) para depor na Superintendência da Polícia Federal (PF) em São Paulo. Segundo a PF, ele foi levado para prestar declarações como parte de um inquérito aberto na Justiça Federal no Paraná. Por meio de sua asses-

soria, o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, informou que solicitou o depoimento de Guimarães porque ele é alvo em uma investigação que apura a quebra de sigilo criminal.

Guimarães afirma que foi questionado a respeito do vazamento de informações da operação em que o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva foi levado para depor, também sob condução coercitiva, em 4 de março de 2016. Dias antes, em 28 de fevereiro, o blogueiro havia antecipado a ação, informando que o sigilo bancário de Lula e de familiares dele havia sido quebrado e que o ex-presidente sofreria busca e apreensão nos imóveis de sua família. ●

ABUSO DE AUTORIDADE

Na mira do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, parlamentares discutem nos bastidores retomar a discussão sobre o projeto de abuso de autoridade no Senado. Senadores afirmam que o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Edison Lobão (PMDB-MA), já sinalizou que está aberto ao debate, e aguarda o relatório de Roberto Requião (PMDB-PR) para pautar o projeto.

TESTEMUNHAS DE PALOCCI

Testemunhas de defesa do ex-ministro Antonio Palocci, ouvidas nesta terça-feira (21) em ação penal da 35ª fase da Operação Lava Jato, afirmaram desconhecer pagamento de propina ou favorecimento a empresas por parte do réu, que responde por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no processo. O deputado federal Miro Teixeira (Rede) e o senador Jorge Viana (PT), arrolados pela defesa de Palocci, foram ouvidos pelo juiz Sérgio Moro.

CUNHA SEGUE PRESO

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas corpus ao ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso desde outubro do ano passado em Curitiba. O pedido de liberdade foi feito pela defesa de Cunha no processo da Operação Lava Jato em que ele é réu acusado de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

BEM PARANÁ

PAINEL

22 MAR 2017

Acesso

O Tribunal de Contas do Paraná vai alterar o seu sistema de processo eletrônico de modo a permitir o acesso dos advogados à íntegra dos autos digitais. A mudança deve ser implementada em abril.

Atendimento

O Núcleo de Prática Jurídica da Estácio Curitiba retomou os atendimentos gratuitos para a comunidade. Os acadêmicos de direito desenvolvem atividades de estágio e resolvem questões jurídicas reais orientados pelos professores. Para ser atendido é necessário agendar um horário. Informações: (41) 3088-0474

Encontro

A Associação de Notários e Registradores do Ceará (Anoreg CE) e o Sindicato dos Notários, Registradores e Distribuidores do Ceará (SINORED) promovem, no próximo dia 24, às 19h, em Fortaleza - CE, encontro entre registradores, notários e corretores de imóveis com o tema "Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas: segurança, rapidez e tranquilidade para o mercado". Inscrições: (85) 3031.3083.

Palestra

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF) promove gratuitamente, na próxima quinta-feira (23), uma palestra sobre o Programa de Regularização Tributária (MP 766) com Marcelle Cunha, gerente da PwC Brasil e especialista na área tributária, e Rafael Mantovani, advogado do escritório Gaia, Silva, Gaede & Associados. Inscrições no site: www.ibefpr.com.br. Informações: (41) 3016-2499 ou 99872-0203

Questão de Direito Público

Candidato aprovado em 1º lugar tem direito à nomeação

Em decisão recente o Tribunal de Justiça Catarinense manteve sentença que garantiu a nomeação de candidato aprovado na primeira colocação de concurso público. Transcorrido o prazo de validade do concurso, a nomeação ocorrerá com base no direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas.

Entendeu o colegiado que a Administração pode escolher o momento da nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, que constitui um direito do concursando aprovado e um dever do poder público.

A câmara julgadora decidiu que, constante do edital do concurso o número de vagas, com a aprovação do candidato nasce o dever de nomeação pela Administração e, portanto, um direito do candidato aprovado dentro do número de vagas.

Entretanto, o Tribunal reformou a sentença na quadra em que havia concedido indenização ao candidato em valor correspondente à remuneração a que teria direito caso tivesse sido nomeado no momento oportuno, dentro da validade do certame.

A decisão está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal adotada pelo Superior Tribunal de Justiça, por outros Tribunais e pelo próprio TJ/SC e decreta multa de R\$ 500,00 por dia em caso de descumprimento. (REEX nº 0300213-90.2014.8.24.0003)

*Euclides Morais- advogado
(euclides@direitopublico.adv.br)

22 MAR 2017

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

A igualdade de todos perante a lei

*Jônatas Pirkiel

Mesmo com certa relativização, podemos dizer que ainda vige em nosso sistema institucional a disposição do caput do artigo 5º. da Constituição, inspirada nos postulados da "revolução francesa" a igualdade de todos perante a lei "...sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade..".

Trazido para os princípios do direito processual penal, trata-se da chamada "isonomia processual", que nem sempre é garantida por ocasião das decisões judiciais, que, na maioria das vezes, resolve questões próprias do processo que está sendo apreciado. Daí porque, para que o princípio seja aplicado a todos deve ser requerida nos autos a "extensão dos efeitos da decisão" para os demais réus, ou utilizada como precedente para casos idênticos, em processos diferentes.

Recentemente, e comenta-

mos aqui, o STF resolveu conceder "habeas corpus" ao goleiro Bruno, que cumpria pena, em regime fechado, aguardando o julgamento do seu recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por mais de três anos. Com fundamento no excesso de prazo para apreciação do recurso, foi concedida liminar no HC, que pode ou não ser mantida pela Corte de Justiça. Fato que gerou grande repercussão e críticas à decisão. Decisão que, se mantida, deve ser "estendida" aos milhares de processos criminais que aguardam apreciação de recurso de apelação nos tribunais estaduais por longos anos, por uma questão de "isonomia processual" ou pelo princípio da igualdade perante a lei.

Caso semelhante e que teve, da mesma forma, grande repercussão, foi a decisão do juiz federal que concedeu "prisão domiciliar" à mulher do ex-governador do Rio de Janeiro, presos por crimes de corrupção, em conduta que "quebrou" aquele Estado da Federação.

É lógico que a concessão da medida deve ser vista sob a lógica do princípio humanitário, pois, como disse o juiz, os filhos não podem sofrer com a privação da liberdade dos pais. A decisão foi suspensa liminarmente por recurso do Ministério Público Federal sob o fundamento de que a beneficiária poderia, mesmo em casa, continuar a praticar crimes. A negativa, sob outra ótica, deveria ser de que são milhares de mulheres em idêntica situação processual em nosso país, e que têm seus filhos privados do convívio da mãe e do pai, simultaneamente, e em situações sociais muito piores do que a da "dama" que tem contra si sérias presunções de prática de delitos contra o erário.

As decisões são justas sempre que aplicadas a todos, sem quaisquer das discriminações previstas na Constituição. A chamada "égalité...

*O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

Direito sumular

Súmula nº 573 do STJ- Nas ações de indenização decorrente de seguro DPVAT, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez, para fins de contagem do prazo prescricional, depende de laudo médico, exceto nos casos de invalidez permanente notória ou naqueles em que o conhecimento anterior resulte comprovado na fase de instrução.

22 MAR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

FRAUDES NA UFPR

Trinta e seis pessoas envolvidas no esquema de desvio de dinheiro de bolsas de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) revelados pela Operação Research, deflagrada em fevereiro, foram denunciados à Justiça ontem. Segundo a denúncia, os envolvidos teriam desviado entre março de 2013 e outubro de 2016 ao menos R\$ 7,3 milhões que deveriam ser destinados à pesquisa, mas foram para pessoas sem relação com a universidade. A apuração apontou que o grupo utilizava nomes e CPFs de 27 pessoas que fossem de confiança das servidoras da UFPR, afastadas na Operação Research, responsáveis pelo esquema para que elas passassem a figurar como bolsistas da instituição de Ensino Superior. Depois, essas pessoas iam ao banco e "sacavam os valores ilícitamente creditados em suas contas, para repassá-los às articuladoras das fraudes", segundo a Procuradoria da República no Paraná.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Pressionado por lideranças políticas e surpreendendo a todos com um pronunciamento chamado às pressas no início desta noite de ontem, o presidente Michel Temer (PMDB) anunciou que a proposta de reforma da Previdência não vai mais incluir a revisão das regras para servidores estaduais e municipais. É o primeiro recuo oficial do governo na proposta da reforma. "Vários estados já providenciaram sua reformulação previdenciária. Seria uma relativa invasão de competência e não queremos neste momento levar adiante", disse, citando como exemplo categorias de policiais civis e professores. "Funcionários estaduais e municipais, de forma geral, dependerão da manifestação de seus governos estaduais e municipais", disse Temer.

VAZAMENTO

O ministro Gilmar Mendes, do STF, acusou ontem a Procuradoria-Geral da República (PGR) de fornecer à imprensa de forma indevida informações de processos sigilosos, como as investigações das operações Lava Jato e Carne Fraca. Segundo ele, a prática deve ser investigada como crime de violação de sigilo funcional. Mendes ponderou que, como o crime teria sido cometido pelo Ministério Público, talvez não haja investigação. Para o ministro, os vazamentos desmoralizam o STF.

NO GABINETE

Uma semana depois de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviar ao STF 83 pedidos de abertura de inquérito a partir dos acordos de colaboração premiada de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht, a papelada chegou na tarde de ontem ao gabinete do ministro Edson Fachin, que é o relator dos processos da Operação Lava Jato no STF. A maioria dos inquéritos - 64 - tem um único investigado.

22 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Crime contra ordem tributária não se vincula com prisão civil por dívida

O Supremo Tribunal Federal reafirmou a jurisprudência no sentido de que a criminalização de sonegação fiscal (prevista na Lei 8.137/1990) não viola o artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal, em virtude de ter caráter penal e não se relacionar com a prisão civil por dívida. A decisão foi tomada pelo Plenário Virtual na análise do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 999.425, que teve repercussão geral reconhecida.

O ministro Ricardo Lewandowski, relator do recurso, citou em sua manifestação que o Plenário do Supremo, no julgamento do Habeas Corpus 81.611, decidiu que a lei vai contra sonegação fiscal e fraude, praticadas mediante omissão de informações ou declaração falsa às autoridades fazendárias, com a intenção de suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer resultado.

CNJ

22 MAR 2017

Digitalização de ações penais agiliza 25,5 mil benefícios a presos

Ao menos 25,5 mil benefícios a presos foram agilizados com a digitalização de ações penais. Os dados são da primeira fase de adoção do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), em 13 tribunais. Difundido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o programa automatiza cálculos processuais e avisa juízes, o que evita que réus fiquem detidos além do determinado.

Remissão de pena foi o benefício mais comum, com 19,5 mil registros – trabalho, estudo e leitura permitem ao apenado abater a sentença por meio do instituto. Liberdade condicional (2,4 mil) e comutação (1,6 mil) foram outros dos mais frequentes. Não foram somados institutos que beneficiam o réu, mas sem implicar soltura ou alteração de regime, como saídas temporárias.

Em abril do ano passado, o Plenário do CNJ aprovou a plataforma como política nacional judiciária. Com base em dados do processo, o sistema verifica os requisitos para concessão de benefícios, calcula os prazos e notifica o juiz quando o réu obtém os direitos. É possível, por exemplo, prever quais presos serão favorecidos dos benefícios nos próximos 30 dias e, assim, saber como proceder para remanejar vagas nos presídios.

Há 26,8 mil processos cadastrados no SEEU em todo o país, além de 1.670 advogados ativos. Cerca de 131 mil operações foram processadas desde o começo do uso até meados de fevereiro. A maior fatia delas – 40 mil – registra prisões e início do

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CND

22 MAR 2017

cumprimento de penas. Desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o programa é usado em outras dez unidades da Federação.

No Distrito Federal, todo novo processo penal deve correr por meio do SEEU até o segundo semestre. Pilhas de papel deixaram de povoar mesas na Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (Vepema), que adotou o sistema em dezembro último, informa o titular da unidade, Gilmar Soriano. Segundo ele, a expansão chega às varas de Execução Penal (VEP) e de Execução das Penas em Regime Aberto (Vepera) nos próximos meses.

“A rotina de servidores e magistrados foi otimizada ao extremo”, relata Soriano. Das cerca de 22 mil ações que correm na vara, 2.780 foram digitalizadas. Antes, parte do serviço funcionava como linha de produção: servidores dividiam-se em tarefas como anexar capas, checar folhas e grampear papéis. Automatizar os cálculos permitiu liberar um quarto deles para outras seções.

São poupadas 8 mil cópias por mês, apenas na Vepema, com cartas de sentença que deixaram de ser impressas após o início uso do SEEU, estima o magistrado. Com menos papel, o espaço para guardar ações foi reduzido à metade, de 20 para 10 armários. O sistema também diminuiu o retrabalho de inserir de dados, que eram migrados do impresso para o digital.

Advogados e promotores, por sua vez, podem pesquisar o conteúdo da causa no sistema, sem ir às varas. “O juiz pode usar o tempo ganho para desenvolver uma política para melhor execução penal. E, quem sabe, baixar os índices de reincidência e devolver o preso à sociedade mais bem ressocializado”, disse Soriano.

Evento internacional debate acolhimento familiar, no PR

Estão abertas as inscrições para o 1.º Congresso Internacional de Acolhimento Familiar, nos dias 3 e 4 de abril. O evento, em Cascavel (PR), é destinado a profissionais da Vara da Infância e Juventude (juízes, promotores de justiça e técnicos) e também a conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos, advogados, organizações não governamentais, estudantes e interessados.

O Congresso terá como palestrantes alguns dos principais especialistas no assunto, vindos de várias regiões do Brasil e também do exterior. O valor da inscrição é de R\$ 200, até 8 de março, e de R\$ 250 após. O evento é organizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), por meio da Corregedoria-Geral de Justiça e do CONSIJ (Conselho de Supervisão das Varas de Infância e Juventude do Estado do Paraná), bem como pelo município de Cascavel, por meio da Secretaria de Assistência Social e Programa de Acolhimento Familiar.

Os convidados internacionais são o assistente social inglês Michael Pease e o juiz da Vara da Infância e Juventude de Londres, Ranjit Uppal. Ambos falarão como funciona o sistema na Inglaterra, além do papel do juiz no programa e como a família de origem pode prevenir o acolhimento. Do Canadá, participará Delton Vaughn Hochstedler, assistente social e coordenador da Associação Brasileira Beneficente Aslan (ABBA).

Da área acadêmica, a doutora em psicologia e professora da UFPR e autora de livros, Lídia Weber, falará sobre a construção dos vínculos de afetividade nos acolhimentos. Da palestra sobre a capacitação das famílias acolhedoras, participarão a professora e

CONTINUA

doutora em psicologia da PUC/SP Caroline Buosi e a doutora Livia de Taratari e Sacramento, vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica.

A coordenadora do programa, a assistente social Neusa Cerutti, vai compartilhar sua rica experiência prática sobre a implantação do serviço de acolhimento familiar nos municípios e a visão dos acolhidos, das famílias de origem e das famílias acolhedoras. Sergio Kreuz, juiz da Corregedoria-Geral de Justiça, do TJPR, falará, em sua palestra, sobre o acolhimento institucional versus o acolhimento familiar.

O juiz de Camapuã, MS, Deni Luis Dalla Riva, contará sobre o programa de acolhimento de crianças indígenas no Mato Grosso do Sul. O papel do Ministério Público e da rede de proteção no acolhimento familiar será o tema da palestra do promotor de justiça e doutor em direito pela UFPR Luciano Machado de Souza e da psicóloga da proteção básica e professora de psicologia Maira Cabreira.

O evento conta com apoio da União Educacional de Cascavel (Univel), da Universidade Oeste do Paraná (Unioeste), do Instituto Geração Amanhã, da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) e ainda do Helcio Kronberg (Leiloeiro Público Oficial).

O que é acolhimento familiar

Acolhimento familiar é uma medida protetiva, temporária e excepcional, prevista em lei pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de uma alternativa ao acolhimento institucional (abrigos e casas-lares) para crianças e adolescentes em situação de risco social que foram afastados de suas famílias de origem por decisão judicial. Caracteriza-se pela transferência temporária dos direitos e deveres parentais dos pais biológicos para uma família acolhedora, previamente cadastrada, selecionada e vinculada a um programa.

CONTINUAÇÃO

CND

22 MAR 2017

O acolhimento familiar é regulamentado pelo ECA e é prioritário ao acolhimento institucional, por lei, desde 2009. Embora seja amplamente difundido nos Estados Unidos e na Europa, ainda é pouco conhecido ou aplicado no Brasil. Daí a importância da realização de um evento como este.